

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em maio de 2024

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ maio de 2024 apresentou um déficit primário de R\$ 59 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 166,1 bilhões nesse mês, um crescimento de 10,0% em termos reais, comparativamente a maio de 2023, ao passo que a despesa totalizou R\$ 225,1 bilhões, um acréscimo de 13,8% na mesma base de comparação. No acumulado do ano, o resultado primário apresentou um déficit de R\$ 27,5 bilhões, a preços constantes de maio, ante o superávit de R\$ 3,2 bilhões no mesmo período de 2023.

Em maio, a receita total apresentou um crescimento real de 9,4%, em comparação com o montante arrecadado no mesmo mês de 2023. Isso se deu em função do bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), com expansão de 14,6%. As receitas não administradas pela RFB tiveram um aumento real de arrecadação de 8,2%, enquanto as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) exibiram um decréscimo de 1,3%. Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, registrou alta de R\$ 15,1 bilhões (10,0%) a preços constantes. No acumulado do ano, a receita líquida de transferências apresentou uma variação real positiva de 9,1%, somando um crescimento de R\$ 75,4 bilhões a preços constantes, fortemente impactada pelo bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela RFB – que tiveram, no período, um acréscimo de 11,4%, aumento real de R\$ 74,3 bilhões.

Com relação à despesa total, tem-se elevação, em termos reais, de R\$ 27,3 bilhões (13,8%) em relação ao mesmo mês do ano anterior, impactada principalmente pelo aumento de despesas com benefícios previdenciários, em função do calendário de pagamentos do 13º salário em 2024 – crescimento real de R\$ 24,3 bilhões (28,5%) – e do pagamento de despesas do poder Executivo sujeitas à programação financeira – aumento de R\$ 11,5 bilhões (27,9%). No acumulado do ano até maio, a despesa teve um crescimento real de R\$ 106 bilhões (12,9%) em relação ao mesmo período de 2023 – impactado, como supracitado, pelo calendário de pagamentos do 13º salário, somado aos pagamentos antecipados de sentenças judiciais e precatórios e de despesas discricionárias do poder Executivo, os quais totalizaram um crescimento real de 75,4 bilhões (17,7%).

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 12 de junho de 2024.

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/05/240513_cc_63_nota_9_siafi.pdf.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em maio de 2024 foi registrado um aumento real de R\$ 16,2 bilhões (14,6%) em relação ao mesmo mês do ano anterior. O bom desempenho das receitas administradas ocorreu na maior parte dos itens, com destaque para o forte crescimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Renda, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), totalizando um acréscimo real de R\$ 16,8 bilhões (19,1 %), quando comparadas com o mesmo mês de 2023. As receitas não administradas pela RFB também apresentaram um bom desempenho em maio, com crescimento real de R\$ 2,7 bilhões (8,2%).

TABELA 1
Governo central: resultado primário a preços constantes de maio de 2024
 (Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-maio		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	mai./2023	mai./2024		2023	2024		Até mai./2023	Até mai./2024	
1-Receita Total	193,8	212,0	9,4	1.027,1	1.117,0	8,8	2.505,1	2.535,5	1,2
1.1 - Receita Administrada pela RFB	110,9	127,1	14,6	650,9	725,2	11,4	1.509,4	1.572,0	4,1
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-0,1	-0,1	32,9
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	49,6	49,0	-1,3	240,7	252,1	4,8	595,5	627,2	5,3
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	33,2	35,9	8,2	135,4	139,7	3,1	400,3	336,4	-15,9
2. Transf. Por Repartição de Receita	42,8	45,9	7,3	202,8	217,3	7,2	487,0	484,6	-0,5
3. Receita Líquida (1-2)	151,0	166,1	10,0	824,3	899,7	9,1	2.018,1	2.050,9	1,6
4. Despesa Total	197,8	225,1	13,8	821,1	927,1	12,9	2.007,9	2.317,7	15,4
4.1 Benefícios Previdenciários	85,7	110,0	28,5	359,4	406,4	13,1	860,6	981,1	14,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	29,8	28,3	-5,2	143,0	145,7	1,9	368,2	380,4	3,3
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	41,4	34,5	-16,7	133,5	165,7	24,1	332,2	402,7	21,2
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	40,8	52,3	27,9	185,2	209,4	13,1	447,0	553,4	23,8
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-46,8	-59,0	-26,1	3,2	-27,5	-957,9	10,2	-266,8	-2.705,4

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

No acumulado até maio, a receita total apresentou um crescimento real em comparação com mesmo período de 2023, de R\$ 89,9 bilhões (8,8%). As principais variações positivas ocorreram nas receitas administradas, que apresentaram elevação real de R\$ 74,3 bilhões (11,4%), com destaque para o Imposto de Renda, com alta de R\$ 25,2 bilhões (7,5%), o Cofins, com aumento de R\$ 30,6 bilhões (26,4%), e o PIS/Pasep, com crescimento de R\$ 8,5 bilhões (24,6%).

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se observar que, em maio, elas registraram um crescimento real de 13,8%, comparativamente ao mesmo mês de 2023, impactado pela elevação das despesas com benefícios previdenciários e parcialmente impactado pelo pagamento antecipado do 13º salário, registrando um aumento real de R\$ 24,3 bilhões (28,5%), pelo pagamento de despesas com créditos extraordinários, em função do enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande do Sul, com crescimento real de R\$ 6,5 bilhões (2.529,5%), e pelo aumento das despesas discricionárias, no montante de R\$ 7,9 bilhões (62,0%).

As despesas totais, no acumulado do ano até maio, se comparadas com o mesmo período de 2023, tiveram um crescimento real de R\$ 106 bilhões (12,9%), com destaque para o crescimento real de despesas com benefícios previdenciários, no valor de R\$ 47 bilhões (13,1%), de sentenças judiciais e precatórios, com aumento de R\$ 13 bilhões (70,0%), de despesas com créditos extraordinários, com R\$ 6,5 bilhões (728,9%), do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV), no valor de R\$ 6,7 bilhões (17,6%), e das despesas discricionárias do poder Executivo, no total de R\$ 15,6 bilhões (31,7%).

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central a preços constantes de maio de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-maio		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	mai./2023	mai./2024		2023	2024		Até mai./2023	Até mai./2024	
1-Receita Total	193,8	212,0	9,4	1.027,1	1.117,0	8,8	2.505,1	2.535,5	1,2
1.1 - Receita Administrada pela RFB	110,9	127,1	14,6	650,9	725,2	11,4	1.509,4	1.572,0	4,1
1.1.01 Imposto de Importação	4,8	5,5	16,1	23,5	27,0	14,9	61,5	59,9	-2,7
1.1.02 IPI	5,1	6,6	28,8	23,8	30,3	27,3	60,0	68,1	13,6
1.1.03 Imposto de Renda	53,9	64,0	18,8	333,7	358,9	7,5	743,7	749,5	0,8
1.1.04 IOF	4,8	5,4	12,3	26,1	26,8	2,7	64,2	65,1	1,3
1.1.05 Cofins	22,2	26,3	18,7	115,9	146,5	26,4	294,5	335,1	13,8
1.1.06 PIS/Pasep	6,9	8,0	15,2	34,7	43,2	24,6	84,8	96,6	13,9
1.1.07 CSLL	8,8	9,7	9,6	78,1	81,9	4,8	167,3	158,8	-5,0
1.1.08 CIDE Combustíveis	0,0	0,2	14.399,3	-0,2	1,2	791,7	0,2	2,6	1.002,2
1.1.09 Outras Receitas Administradas pela RFB	4,4	1,4	-67,9	15,3	9,3	-39,0	33,1	36,3	9,5
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-0,1	-0,1	32,9
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	49,6	49,0	-1,3	240,7	252,1	4,8	595,5	627,2	5,3
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	33,2	35,9	8,2	135,4	139,7	3,1	400,3	336,4	-15,9
1.4.1 Concessões e Permissões	0,3	0,9	170,8	4,3	2,4	-44,9	39,7	7,2	-81,8
1.4.2 Dividendos e Participações	17,4	17,2	-1,1	27,2	27,7	2,0	100,8	52,5	-47,9
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,4	1,4	0,9	6,7	7,4	10,3	18,2	18,8	3,0
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	5,8	4,7	-19,5	51,9	49,5	-4,5	131,7	115,2	-12,5
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1,8	0,6	-63,3	9,1	8,9	-2,2	23,0	21,7	-5,6
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2,5	2,4	-3,4	12,4	12,6	1,6	30,6	32,2	5,2
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	0,0	-	-	0,0	-	0,1	0,1	12,0
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4,0	8,6	118,3	24,0	31,2	30,3	56,2	88,7	57,8
2. Transf. Por Repartição de Receita	42,8	45,9	7,3	202,8	217,3	7,2	487,0	484,6	-0,5
3. Receita Líquida (1-2)	151,0	166,1	10,0	824,3	899,7	9,1	2.018,1	2.050,9	1,6

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes de maio de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-maio		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	mai./2023	mai./2024		2023	2024		Até mai./2023	Até mai./2024	
4. DESPESA TOTAL	197,8	225,1	13,8	821,1	927,1	12,9	2.007,9	2.317,7	15,4
4.1 Benefícios Previdenciários	85,7	110,0	28,5	359,4	406,4	13,1	860,6	981,1	14,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	29,8	28,3	-5,2	143,0	145,7	1,9	368,2	380,4	3,3
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	41,4	34,5	-16,7	133,5	165,7	24,1	332,2	402,7	21,2
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	9,3	10,0	8,1	38,7	38,3	-1,1	65,2	75,4	15,6
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	7,9	9,3	17,4	38,2	44,9	17,6	89,5	103,0	15,1
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,3	6,8	2.529,5	0,9	7,4	728,9	37,6	9,4	-75,1
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2,8	3,3	16,4	17,2	20,9	21,5	37,6	42,8	13,6
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1,4	1,5	7,7	6,1	7,2	17,1	16,9	19,1	13,0
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,3	0,3	-3,8	1,7	1,7	-4,0	4,3	4,1	-4,1
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	16,6	0,4	-97,5	18,4	31,4	70,0	35,8	86,3	141,2
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	1,5	2,4	57,4	7,4	9,3	25,3	16,1	24,4	51,1
4.3.10 Impacto Primário do FIES	0,2	0,0	-100,0	0,8	0,7	-18,1	0,4	1,5	264,0
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	1,2	0,6	-50,1	3,9	3,9	0,8	28,7	36,8	28,2
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	40,8	52,3	27,9	185,2	209,4	13,1	447,0	553,4	23,8
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	28,1	31,7	12,6	136,2	144,9	6,4	275,7	348,0	26,2
4.4.2 Despesas Discricionárias	12,7	20,6	62,0	49,0	64,6	31,7	171,2	205,4	20,0

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Maria Andréia Parente Lameiras (Editora substituta)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti
Mônica Mora y Araujo
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Cristiano da Costa Silva
Debora Mesquita Pimentel
Felipe dos Santos Martins
Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão
Beatriz de Luna Barreto
Caio Rodrigues Gomes Leite
Diego Ferreira
Izabel Nolau de Souza
Marcelo Lima de Moraes
Marcelo Guedes Pecky
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Equipe de Administrativa:

Amanda Fernandes Tatagiba
Lidiane Santos de Souza
Aline Conceição Santos
Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
